

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.524 - SP (2019/0356620-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO E OUTRO

ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO - SP154958

WILLIAM CÉSAR PINTO DE OLIVEIRA - SP305099

GUILHERME SANTOS VIDOTTO - SP375667

EDUARDO DE CAMPOS MARCANDAL - SP384391

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : ANDERSON DA SILVA (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ANDERSON DA SILVA alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu a liminar do HC n. 2262702-03.2019.8.26.0000.

A defesa aduz, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo para o término da instrução criminal, motivo pelo qual requer o relaxamento da custódia cautelar do réu, nos autos do processo em que foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em

Superior Tribunal de Justiça

poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O prejuízo derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não**

alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete: (a) o **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

Na espécie, ao indeferir o pedido liminar, o Desembargador relator registrou não constatar, de plano, flagrante ilegalidade na tramitação do feito que pudesse ensejar o relaxamento da custódia do réu. Para tanto, assim fundamentou (fl. 14):

Ademais, a questão atinente ao excesso de prazo não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual. Há de ser enfrentada à luz da razoabilidade, segundo detalhada análise das circunstâncias típicas do caso concreto, motivo a justificar se aguarde as informações atualizadas a serem prestadas pela autoridade coatora.

Cumpre registrar que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

Consoante o entendimento desta Corte Superior, "O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Superior Tribunal de Justiça

(Precedentes do STF e do STJ)" (RHC n. 58.274/ES, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/9/2015).

No caso, pelos documentos trazidos à colação, **não constato, de maneira evidente, desídia do Juízo natural da causa na condução do processo**, a ensejar a intervenção desta Corte Superior.

O paciente foi preso em flagrante em 18/6/2019. No dia seguinte, ou seja, ainda no prazo de 24 horas, houve audiência de custódia, ocasião em que o Magistrado converteu a prisão do réu em preventiva (fl. 405). Em 21/7/2019, portanto cerca de 1 mês depois, foi oferecida denúncia, a qual foi recebida logo na sequência, em 31/7/2019. Em 2/9/2019, foi mantido o rito ordinário para o processamento do feito e indeferido o pedido de revogação da segregação preventiva. Ainda (fl. 406):

[...] nos autos de Exceção de Incompetência de Juízo nº 0007989-39.2019.8.26.0019, em apenso, foi proferida decisão em 16 de Agosto de 2019, pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Americana/SP., determinando a remessa dos autos para este Juízo, fls. 10/11.

Em 27 de Agosto de 2019, este Juízo admitiu a competência para processamento da ação, fls. 17, do referido apenso.

Portanto, verificadas a compatibilidade da duração do processo com as particularidades do caso concreto e a diligência do Estado no processamento do feito, fica afastada, **ao menos por ora**, a alegação de excesso de prazo.

Não identifico, pois, ilegalidade manifesta na decisão que manteve a custódia preventiva do paciente. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

